

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



“CONSTRUIR O CONHECIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES ATRAVÉS DA FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA”

PLANALTINA – DF

2023



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	04
2. HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR	10
3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR	13
4. FUNÇÃO SOCIAL	14
5. MISSÃO	15
6. PRINCÍPIOS	15
7. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS	21
8. FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	22
9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR	24
10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR.....	34
11. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS.....	40
12. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP	43
13. PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS	48
14. PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR	51
15. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP	55
16. REFERÊNCIAS	56



1. APRESENTAÇÃO

A atual proposta é apresentada com a intencionalidade de mostrar o trabalho da equipe que compõe essa Instituição, e contém os fundamentos e princípios desta escola bem como a delineação de sua prática pedagógica, sintonizada com as demandas e as nossas necessidades. Foi construída coletivamente, com a participação de todos os segmentos que compõe a comunidade escolar. Através de reuniões realizadas nas coordenações coletivas. Foram observados os anseios da comunidade, a fim de que fosse construída uma proposta que contribuísse para a construção da aprendizagem verdadeiramente significativa. Ela contempla um trabalho dinâmico, construído e vivenciado por todos os envolvidos no processo educativo, partindo do movimento ação-reflexão-ação, na busca incessante da excelência e da formação de um cidadão comprometido com a defesa da vida e representa a consolidação de anos de experiência de uma sinalização de como desejamos nos projetar em direção ao futuro, de acordo com o Currículo em Movimento da Educação Básica – 2018 do Distrito Federal com aspecto legal, conforme disposto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei nº 11.274/06, e no Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e com as especificidades atualmente inseridas no currículo em movimento da SEEDF. Bem como de acordo com os preceitos da Lei 4.751/2012 da Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do DF e com suas especificidades de possuir uma Educação do Campo cada vez mais alcançando suas metas, leis e decretos.

Esse Projeto Político Pedagógico, tem por necessidade tornar a educação eficiente, dinâmica e adequar aos novos tempos. Dentre outros propósitos, dar continuidade a jornada ampliada de 5 horas aulas e 3 horas destinadas à coordenação dos professores, a execução da Educação em Tempo Integral, capacitação de professores através de cursos e seminários, projetos interventivos e sala de leitura para os alunos, visando o aprimoramento do educador e do educando, no processo educativo exercitando plenamente a sua cidadania.

A criança aprende a transformar conhecimento em sabedoria, desenvolvendo sua personalidade e descobrindo a si mesma. O aluno se envolve em um processo sistemático de construção e reconstrução do conhecimento, desenvolvendo capacidades e aprendizagens de conteúdos necessários à vida em sociedade. O



desafio é estabelecer relações entre o cotidiano e o científico, o racional e o afetivo, o público e o privado, o individual e o coletivo. É nesse movimento que se almeja a construção desse projeto pedagógico que se encontra estruturado a fim de demonstrar sua missão não só de educar, mas de apresentar o poder de se valorizar o outro e a si mesmo. O que se pretende iniciar com um breve histórico contextual da instituição diagnosticando suas principais necessidades solucionáveis através de seus objetivos e metas encontradas nos princípios norteadores que estão subdivididos em partes, demonstrando como a organização administrativo-pedagógica e curricular faz a interação direta e indireta com o meio educacional. Explicitando neste momento da proposta os aspectos da instituição de forma mais detalhada.

Em um dos últimos capítulos serão enfatizadas as necessidades do processo avaliativo que envolve uma reflexão e posteriormente uma tomada de atitudes para possíveis partidas de decisões a fim de sanar dificuldades existentes. Salientamos ainda que a proposta deverá ser flexível e que poderá ser complementada a partir de um processo de reflexão, discussão e avaliação envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar: direção, professores, servidores, pais e alunos. O que se justifica através da Lei nº 4.036 de 25 de outubro de 2007 (Lei da Gestão Compartilhada), onde todos que participam do processo educativo devem estar inseridos de maneira ativa e consciente.

Segundo parecer exposto no art. 28 da LDB, o qual propõe medidas de adequação às escolas do campo tratado como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um espaço de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.

A compreensão focalizada de campo não se identifica com o tom de nostalgia de um passado rural de abundância e felicidade que perpassa parte da literatura, posição que subestima a evidência dos conflitos que mobilizam as forças econômicas, sociais e políticas em torno da posse da terra no país. A escola deve adequar-se à realidade adversa da área rural, para que não sejam causados prejuízos ao sistema de ensino aprendizagem. Devido à possível rotatividade de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALINA
ESCOLA CLASSE CÓRREGO DO MEIO



professores ao longo do ano letivo, refletindo atuação de seus membros, levando-os assumir sua responsabilidade aos seus alunos, fortalecendo também os vínculos escola/comunidade, ouvindo seus anseios, partilhando decisões e havendo conscientização dessa instituição na vida de todo ser humano. Partindo das concepções e orientações da Secretaria de Estado de Educação, buscaremos definir eixos norteadores a fim de melhor operacionalizar o Plano de Ação da Instituição.

Pelo exposto demonstra-se o afincamento de todos da Escola Classe Córrego do Meio para o pleno sucesso na prática escolar dos alunos e da comunidade. Levando em frente o pensamento de que todos devem interagir, para alcançar uma educação com qualidade e equidade para todos.

O conceito de escola poderá ser redimensionado e explicitar o que está nas mãos dos sujeitos que fazem a escola definir a organização do seu trabalho pedagógico. Isto implica a definição dos caminhos que a escola vai tomar e, conseqüentemente, a construção de sua autonomia, LDB (lei 9394/96). Portanto, baseados neste princípio é que a equipe escolar desenvolverá um trabalho voltado para a redefinição da escola agarrando-nos aos valores de cada ser humano, extraindo o seu melhor. De acordo com Currículo em Movimento da Educação Básica do GDF:

“O termo Educação do Campo, conceito forjado em 1988 na Conferência Nacional por Uma Educação do Campo – CNEC traz importantes significados, contrapondo-se ao termo Escola Rurais. Em primeiro lugar, estamos tratando de um novo espaço de vida, que não pode resumir-se na dicotomia urbano/rural. O campo é compreendido como um lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer, cuidado com o conjunto da natureza e novas relações solidárias que respeitem a especificidades social, ética, cultural, ambiental dos seus sujeitos.” (SEDF, 2014, p.43).

Esta proposta também foi elaborada de acordo com os três grandes eixos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: flexibilidade, avaliação e liberdade, e, ainda, no Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e nas Diretrizes Pedagógicas.

De acordo com essa realidade fez-se necessário, para a construção desse Projeto político pedagógico, um diagnóstico da escola e de suas dimensões pedagógicas, administrativa e financeira, o levantamento das concepções do coletivo da escola em relação ao trabalho pedagógico como um todo, bem como a definição de estratégias, pessoas e/ou grupos objetivando assegurar a realização das ações



definidas. Com o propósito de atender ao aspecto legal, participaram também a direção da escola por meio da consultoria dos docentes, orientador educacional, auxiliares de educação, pais e discentes deste estabelecimento de ensino.

Toda equipe escolar ao colaborar com a construção desta proposta teve grande preocupação e manteve destaque em relação à busca por elevação do nível de aprendizagem dos alunos, principalmente em se tratando da participação das avaliações do SAEB. Estratégias para fortalecer o relacionamento da escola com a comunidade e a execução da gestão financeira de forma clara e participativa também foram discutidas nesse documento. Ou seja, oferta de melhorias nas dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras ligadas e contextualizadas.

Por meio de diversas reuniões e momentos de reflexões é que se definiram os objetivos, as metas e práticas pedagógicas, metodológicas, avaliação, relacionamento interpessoal, organização do trabalho pedagógico, participação da Comunidade Escolar e ações a serem realizadas. Interessados em uma educação que contemple a diversidade existente nos diferentes níveis ofertados tendo em vista os princípios da estética, da sensibilidade, da igualdade e dentro da identidade de cada aluno.

Dessa forma também cumprimos em nossas reflexões a determinação da Lei 11.645 de 2008 onde temos como obrigatório os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros.

As metas sugeridas também viabilizarão o ensino aos estudantes com deficiência de acordo com as orientações da LDB e Regimento Escolar que regem esta Instituição Educacional, oferecendo apoio especializado juntamente com a Coordenação Regional de Ensino quando necessário for. Outra meta importante será a de incentivar a formação dos professores não só relativa às áreas do campo, mas em outras áreas do conhecimento.

Há a consciência, por parte dos que o elaboraram, de que representa apenas um germe de projeto pedagógico e se encontra aberto a todo e qualquer tipo de sugestão e encaminhamentos. Sabemos que nenhum projeto pedagógico pode ser dado como pronto e acabado sob pena de se cristalizar e deixar de acompanhar os movimentos da história, com o risco de haver um engessamento de possíveis ações no decorrer do ano letivo.

Esta proposta vem sendo construída com a intenção de propor novos caminhos, para uma escola diferente e unida. Todas as questões que envolvem o



fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, obriga a um pensar e uma reflexão contínua de todos os envolvidos neste processo. Assim surgem vários questionamentos como: Que Escola queremos construir? Quais conhecimentos serão necessários aos nossos alunos, oriundos do lar e escolas do entorno de Planaltina, da área rural de Planaltina e especialmente a comunidade do Córrego do Meio precisarão ter, para de fato exercer a sua cidadania, nesta sociedade tão cheia de conflitos? Conflitos estes que estão presentes no espaço escolar, nas relações pessoais, no confronto das ideias, e também do surgimento de novas concepções, das dúvidas e da necessidade do diálogo entre os sujeitos aprendentes (professores, pais, alunos...). Em certos momentos apresentam características de uma comunidade “urbana”, com conceitos rurais e urbanos, por receberem informações provenientes da área urbana oriundas de parentes ou outros, não ficando totalmente alheios aos acontecimentos gerais.

Tais situações serão apresentadas no decorrer deste documento, nas linhas e nas entrelinhas de cada parágrafo, resgatando o aspecto histórico de como cadamomento foi sendo produzido e construído, pois este documento é o resultado de um esforço conjunto dos profissionais da educação desta instituição educacional, com o objetivo de respaldar as ações administrativas e pedagógicas no âmbito da mesma.

Portanto, entende-se que nossa reflexão será contínua, baseada principalmente na prática pedagógica cotidiana e na discussão dos referenciais teóricos que nos encaminhem para uma “práxis” responsável e compromissada com uma escola pública de qualidade. Propomos um esforço de toda equipe no sentido de desenvolver ações principalmente pedagógicas e administrativas em conjunto com as famílias, alunos e demais segmentos, oferecer aulas diversificadas, atividades e projetos que incentivem a participação de todos, pois somente assim poderemos obter melhorias significativas.



IDENTIFICAÇÃO

Nome da Unidade Escolar/ Instituição Educacional	Escola Classe Córrego do Meio
Coordenação Regional de Ensino	Planaltina- DF
Endereço	Br 020 - Km 18, Chácara C – Córrego do Meio- DF 444- Planaltina- DF.
Telefone	(61) 985591539
E-mail	eccorregom.planaltina@edu.se.df.gov.br
Data da Fundação da UE	16 de março de 1979
Turnos de Funcionamento	Diurno
Etapas/Modalidades de Ensino Ofertadas	Educação Infantil (Pré- Escola) e Ensino Fundamental: Bloco I – 1º, 2º e 3º anos; Bloco II – 4º e 5º anos.
Escola de Gestão Compartilhada	() Sim (x) Não
Oferta Educação Integral	(x) Sim () Não
Equipe Gestora	Diretor: João Batista Filho Vice- Diretor: Robson de Paiva Chaves Chefe de Secretaria: João Victor de Araujo Figueiredo



2. HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

Descrição Histórica

A Escola Classe Córrego do Meio foi construída em 1978 e iniciou as suas atividades escolares em 16 de março de 1979, tendo como primeira responsável a professora Rosângela de Castro. No princípio a escola era composta por apenas duas salas de aula e atendia um número bem menor de alunos. De acordo com os nossos registros, cerca de 25 crianças. O terreno em que a escola foi construída foi doado pelo senhor Mascarenhas, jornalista da rádio nacional, que ficou sensibilizado com a situação de algumas crianças, filhos de trabalhadores rurais, que tinham vontade de ir à escola. Diante dessa situação, foi proposta a construção de uma sala para acomodar inicialmente 8 crianças. As aulas eram administradas por uma senhora que ainda estudava em Planaltina na época, quando ela tinha tempo para desenvolver essa atividade, ainda de maneira informal. Com o passar dos meses o número de crianças interessadas em estudar foi aumentando e uma pessoa apenas como professor, não era mais suficiente. Então, a comunidade foi se organizando de forma que duas pessoas pudessem alternar o tempo, já que agora o número de crianças era maior.

Somente em 02/12/1981 foi aprovado o parecer nº 16 do Conselho de Educação do DF autorizando o seu funcionamento. Agora, como Escola Classe Córrego do Meio, de responsabilidade da então Fundação Educacional do Distrito Federal.

A estrutura de escola foi ampliada, e agora ele já contava com duas salas de aula e um total de 32 alunos. As turmas eram todas multisseriadas, a água vinha de uma mina d'água, através de mangueiras e tanto a merendeira como a diretora, se revejavam em sala de aula, para atender as crianças que tinham mais dificuldade para aprender.

Apenas na década de 90, a escola efetivamente ganhou um espaço mais adequado, com mudanças significativas no pequeno prédio, como ampliação das duas salas de aula, poço artesiano, cantina (seu depósito funcionava também como espaço da direção da escola) e uma pequena sala de professores.

Atualmente a Escola Classe Córrego do Meio, possui 145 estudantes, matriculados nas seguintes etapas: Educação Infantil- Pré- escola e Ensino Fundamental Séries Iniciais. No contraturno, as turmas do Ensino Fundamental



participam da Educação em Tempo Integral.

A instituição dispõe de um quadro de servidores, um prédio totalmente reconstruído, com quadra de esportes e um parquinho de areia. Escontra-se murada e com rede de acesso à internet. Diante das mudanças significativas e com a certeza de que muita coisa ainda será feita, brevemente essa escola se tornará referência de Instituição de Ensino para todo o Distrito Federal.

Caracterização Física da Escola

A escola possui 05 salas de aula, distribuídas da seguinte forma:

Sala	Turma	Turno
01	4º ano	Matutino
	Educação em Tempo Integral	Vespertino
02	5º ano	Matutino
	Educação em Tempo Integral	Vespertino
03	2º ano	Matutino
	2º Período	Vespertino
04	3º ano	Matutino
	Educação em Tempo Integral	Vespertino
05	1º ano	Matutino
	1º período	Vespertino

Como já citado, a escola funciona em dois turnos, ofertando as seguintes etapas da Educação Básica: Educação Infantil e Ensino Fundamental Séries Iniciais. O quantitativo de alunos matriculados é de aproximadamente 145 estudantes frequentes.

Recursos Humanos

A escola atualmente tem um total de 27 servidores, sendo: um diretor e um vice-diretor, um chefe de secretaria, dois coordenadores, sete professores regentes, dois professores na educação em tempo integral, um educador social voluntário, três colaboradores na conservação e limpeza (Juiz de Fora) e três colaboradoras na cocção (G&E) e seis vigilantes.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALINA
ESCOLA CLASSE CÓRREGO DO MEIO



Nº	Matrícula	Nome	Turno			Código Função	Data de Admissão	NA SEE/DF		
			M	V	N			20h	30h	40h
01	7014422-2	Andreia Meireles R. de Paiva	X	X		Prof.	28/03/23			X
02	0210726-0	Aurilécio Lima Germano	X	X		Coordenador	05/02/07			X
03	0239333-6	Benedito C. de Vasconcelos	X	X		Coordenador	28/02/18			X
04	7003327-7	Breno Barboza da Silva	X	X		Prof.	13/02/23			X
05	-	Bruna Mariana dos S. Afonso	X	X		AGEE	--			X
06	7011407-2	Carlos Samuel Vieira Aragão	X	X		Prof.	13/02/23			X
07	-	Diana Carvalho dos Reis	X	X		AGEE	-			X
08	0068.509-7	Donizete Alves Neto			X	AGEE	04/01/94			X
09	0049870-X	Dorotéia Maria da Conceição	X	X		AGEE	21/07/93			X
10	7003382-X	Emeilde Karine M. Fernandes	X	X		Prof.	13/02/23			X
11	-	Esdras Batista da Silva	X	X		AGEE	-			X
12	0036475-4	Eva Castro Alves do Amaral	X	X		Prof.	21/01/98			X
13	069040-6	Frutuoso José Lisboa Neto			X	AGEE	07/11/89			X
14	0229524-5	Geovana da Costa Nunes	X	X		Prof..	14/07/14			X
15	025403-5	Joao Batista Filho	X	X		Diretor	19/03/03			X
16	022.641-6	João Cordeiro de Souza Neto			X	AGEE	07/02/94			X
17	244415-1	João Victor de A. Figueiredo	X	X		CHEFE SEC.	06/08/19			X
18	7003477-X	Keylla Duarte Aguiar	X	X		Prof.	13/02/23			X
19	-	Laiane Marques da Silva	X	X		AGEE	-			
20	7003043-X	Leidiane dos Santos Almeida	X	X		Prof.	13/02/23			X
21	-	Maria Luci Pimenta da Silva	X	X		AGEE	-			X
22	7003508-3	Mariana Marques da Silva	X	X		Prof.	13/02/23			X
23	7011406-4	Marquinhos de Oliveira Afonso	X	X		Prof.	13/02/23			X
24	-	Rejane Alves de Sousa	X	X		AGEE	-			X
25	0038225-6	Robson de Paiva Chaves	X	X		Vice-Diretor	12/02/99			X
26	0029526-4	Rogério Dias dos Santos			X	AGEE	27/05/96			X
27	0021650-X	Washington Luiz P. Cardoso			X	AGEE	17/01/94			X



3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR

A Escola Classe Córrego do Meio fica situada na BR-020, KM 18 DF-444, numa região de economia diversificada e grande pluralidade cultural. Uma área repleta de acampamentos e assentamentos do Programa Agrário Brasileiro

A economia da região gira em torno da agricultura e pecuária, fomentada por pequenos e médios produtores que geram emprego e renda. Contudo as desigualdades socio-econômicas são bem perceptíveis nas famílias que compõem a nossa comunidade escolar, composta em sua maioria por trabalhadores que prestam serviços para os donos das propriedades rurais, sem nenhuma garantia trabalhista.

Cerca de 80% das famílias são beneficiadas por programas sociais do Governo local e Federal. Trata-se de comunidade cujos membros, em sua maioria, possuem baixo nível de escolaridade, a maioria com Ensino Fundamental incompleto, com rendimento salarial entre 1 e 2 salários-mínimos. A religião predominante é a Evangélica. Por se tratar de uma comunidade periférica e rural, economicamente desfavorecida, a maioria dos educandos não tem acesso a meios culturais e recreativos, tais como: teatro, cinema, passeios a parques, zoológico, shopping, pontos turísticos. Sendo assim, os acessos a livros didáticos, literários, às atividades esportivas e culturais são vivenciados por meio da escola. Com o objetivo de retratar a realidade socioeconômica desta instituição de ensino, tais índices foram auferidos por meio de reuniões, questionários encaminhados aos integrantes da comunidade escolar, rodas de conversas e pesquisas nos dossiês dos estudantes. Tendo como base os fatos mencionados, entende-se que os desafios são enormes em relação às demandas existentes nos âmbitos administrativo, pedagógico e social. Entre os principais problemas enfrentados pela comunidade escolar local, podem-se observar, no âmbito pedagógico, falta de estrutura adequada, transferências de instituições escolares, além dos problemas relacionados aos fatores sócio econômicos. Observa-se, ainda, a necessidade da participação efetiva dos pais na vida escolar dos filhos. No tocante ao perfil dos educandos, os mesmos apresentam dificuldades em vivências básicas para contextualizar o aprendizado.

Mesmo diante dos fatores negativos apresentados, esta instituição tem por finalidade oportunizar um ensino de qualidade, preocupando-se em ajustar sua maneira de ensinar e selecionar conteúdos de modo a auxiliar os estudantes quanto



as suas peculiaridades.

4. FUNÇÃO SOCIAL

A escola é um espaço de socialização, conquista de cidadania e transformação.

“Criança precisa gostar da escola, querer estar na escola. A escola precisa ser convidativa. Tirar a criança da rua pode ser consequência desse fato, mas não um objetivo em si, que poderia redundar numa visão de enclausuramento. A escola não pode ser vista como um depósito de crianças para ocupar tempo ocioso ou para passar o tempo. Existe uma intencionalidade educativa” (MAURÍCIO, 2009). Currículo em movimento 2018 p.25.

Escola é o lugar de encontros de pessoas, origens, crenças, valores diferentes que geram conflitos e oportunidades de criação de identidades. É ainda, espaço de difusão sociocultural: e também é um espaço no qual os sujeitos podem se apropriar do conhecimento produzido historicamente e, por meio dessa apropriação e da análise do mundo que o cerca, em um processo dialético de ação e reflexão sobre o conhecimento, manter ou transformar a sua realidade (...) (PPP Carlos Mota, p. 18).

Desse modo, “A ação educativa deve ir além das aprendizagens de conteúdos formais, reconhecendo diferentes espaços, etapas, tempos e ferramentas educativas para que se consiga superar a distância entre o que se constrói dentro e fora da escola”. (PPP Carlos Mota, p.20).

Consoante os fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani, o homem é compreendido como um ser que aprende e se constrói quando interage com o meio social que o rodeia. Desse modo, a escola e todos os seus atores são convocados a juntos, pensar e fazer educação por meio da vivência constante na vida diária e seus acontecimentos, considerando a não neutralidade que caracteriza nossa atuação nas diferentes situações que envolvem a existência humana.

Diante do exposto, ressalta-se que Escola Classe Córrego do Meio compromete-se com a formação holística dos estudantes, levando em consideração a interação com o meio em que estão inseridos, para que de fato, sejam capazes de construir uma sociedade mais justa, responsável, solidária, sustentável e inclusiva.



5. MISSÃO

A Escola Classe Córrego do Meio tem por missão assegurar o acesso e a permanência dos educandos, formar cidadãos críticos e participantes, capazes de agir na sociedade e interagir com o meio. Construir um ambiente escolar na qual impere o respeito mútuo, trabalhando a saúde, o esporte, o lazer, a cultura e a valorização do meio ambiente, com ênfase no Cerrado.

O propósito ainda é o de atuar, orientando a tomada de decisões e garantindo a unidade da ação e o acompanhamento de todos os beneficiados não só na ação pedagógica, mas em outras, de maneira direta ou indireta como instrumento de construção da cidadania.

A escola tem o compromisso com cada um em particular e com todos em geral. É a escola o espaço, por excelência da convivência dos contrários, do encontro e do confronto das diferenças individuais. Logo, garantir a todos, condições de viver plenamente a cidadania e conscientizar-se de sua responsabilidade. Isso é proporcionar o sucesso escolar.

Vale ressaltar que os conhecimentos deverão proporcionar o ensino fundamental dando prosseguimento aos estudos, de modo a capacitar o aluno para novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores, em face das transformações pelas quais passam a sociedade.

6. PRINCÍPIOS

Conforme preconizado no art. 2º da lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB): A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;



- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018).
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021).

Os princípios norteadores do Ensino Fundamental estabelecem as capacidades relativas aos aspectos cognitivos, afetivos, físicos, éticos e estéticos e da situação de inserção social, de forma a expressar a formação básica da cidadania.

Para uma organização eficaz no cumprimento de propósitos estabelecidos em conjunto por professores, coordenadores e diretor da escola, é necessário garantir a formação coerente dos alunos ao longo da escolaridade obrigatória. É imprescindível que a escola discuta e construa seu projeto educativo. Projeto esse que deve ser entendido como um processo que inclui a formulação de metas, segundo a particularidade da escola, por meio de criação e da valorização de roteiros de trabalho pedagógico em grupo e corresponsabilidade de todos os membros da comunidade escolar, para além do planejamento e início do ano ou dos períodos de aperfeiçoamento.

O contínuo projeto educativo possibilita o conhecimento das ações desenvolvidas pelos professores em ambiente de diálogo e discussões para toda a equipe escolar. Nesse processo evidencia-se a necessidade da participação da comunidade, em especial dos pais, tomando conhecimento e interferindo nas propostas da escola e nas suas estratégias, com o resultado de uma experiência escolar coerente e bem sucedida.

Os alunos não contam exclusivamente com contexto escolar para a construção



de conhecimentos sobre conteúdos considerados escolares. A família, a mídia, a igreja, os amigos são também fontes de influência educativa que incidem sobre o processo de construção de significado desses conteúdos.

O professor deve ter propostas claras sobre o que, quando e como avaliar, a fim de possibilitar de maneira adequada o planejamento de atividades de ensino para a aprendizagem. A partir dessas determinações, o professor elabora a programação diária de sala de aula e organiza sua intervenção de maneira a propor conteúdos ajustados às capacidades cognitivas dos alunos. A formação escolar deve contribuir para que o educando sinta-se responsável pelo uso racional dos recursos hídricos pela conservação e recuperação dos recursos ambientais, e pela preservação do patrimônio público e social.

Para tornar realidade uma educação dentro dos princípios norteadores do Ensino Fundamental que estabelecem as capacidades relativas aos aspectos cognitivos, afetivo, físicos, éticos e estéticos e da situação de inserção social, de forma a expressar a formação básica da cidadania de acordo com o que estabelece as normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal em observância às disposições da Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e Resolução 02/98 de 06 de julho de 1998. A Escola Classe Córrego do Meio, assim, respeita as hierarquias e competências, fundamentando-se nos seguintes princípios:

- Princípio da individualidade e da construção coletiva com igualdade e equidade, pelo qual a escola deve conscientizar-se de que a educação é a construção existencial de indivíduos e da coletividade, onde cada cidadão tem o direito de ser o que é, e ao mesmo tempo, completar a realização do grupo;
- Princípio da cidadania e do respeito à ordem democrática, pelo qual o sistema contribui para a participação do educando na vida em sociedade, por meio de ações pedagógicas que o levem à compreensão, criticidade, ética, responsabilidade, solidariedade e ao respeito ao bem comum sem distinção de raça/etnia, credo ou cor.
- Princípio da valorização dos profissionais da educação, pelo qual o sistema de ensino oferecerá condições para o crescimento profissional e realização pessoal, uma vez que é agente de promoção de garantia na qualidade da educação.

Em seguida, tecemos outros princípios que norteiam todo o nosso trabalho e que balizam todos os projetos que nos dispomos a desenvolver. São esses princípios:



Princípios Epistemológicos

Referente aos Princípios Epistemológicos, a escola desenvolve um trabalho em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Currículo em Movimento, partindo do pressuposto de que o educando aprende pensando e desenvolvendo um raciocínio lógico, dentro de um mundo de estímulos dos mais variados, saindo do concreto para o abstrato, podendo assim interiorizar seus conhecimentos e levando-o a construir o seu próprio saber. Partindo destes princípios, pode-se afirmar que o conhecimento é uma construção coletiva dentro e fora da escola, e é no contexto do aprender a conhecer que se busca a sensibilização dos mesmos.

A comunidade escolar repensa constantemente o seu papel pedagógico, para tanto, se faz necessário refletir sobre a escola que temos voltada para os interesses políticos e internacionais, se discriminadora e produtora de mecanismos de controle que impede que os nossos alunos consigam enfrentar em condições de igualdade ou como melhor enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. A instituição escolar tem como finalidade:

- Integração e participação da comunidade escolar;
- Os segmentos da escola devem estar plenamente voltados à completa valorização do educando;
- Recursos humanos, pedagógicos e financeiros;
- Cobrança de regras de convivência em grupo;
- Melhor qualificação profissional e salários compatíveis com os diferentes níveis e funções;
- Política que estabeleça professores efetivos;
- Restabelecimento da motivação e credibilidade dos professores.

A escola deve favorecer e estimular a universalidade de técnicos, procedimentos e estratégias de ensino de modo a adequar o processo de ensino e aprendizagem, às características, potencialidades e capacidades dos alunos. A escola considera o aluno como um sujeito ativo, produtor de conhecimento, capaz de ser inserido na sociedade. Para que a escola cumpra seus objetivos, garantindo permanência e sucesso, torna-se necessário uma fundamentação teórico-prática que possibilite a universalização do conhecimento, envolvendo a comunidade escolar



e a parceria da sociedade como um todo. A partir desses conceitos busca-se uma educação libertadora e transformadora no processo do ensino-aprendizagem. Diante disso, torna-se necessário uma reflexão quanto à importância da realização de um trabalho interdisciplinar no contexto das aprendizagens. Perante a assertiva, esta instituição busca constantemente elaborar, aprimorar e oportunizar aos educandos, atividades interdisciplinares e contextualizadas. Com isso, o processo de ensino-aprendizagem torna-se significativo e amplo, como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB): O objetivo da interdisciplinaridade é fazer da sala de aula mais do que um espaço para simplesmente absorver e decorar informações.

Princípios Didático-Pedagógicos

A escola é o espaço, de convivência e de encontros emanando as diferenças individuais. Sendo assim exerce a função social de garantir todas as condições de vivenciar plenamente a cidadania e conscientizar-se de sua responsabilidade e proporcionar a todos os seus alunos o sucesso escolar no prazo legalmente estabelecido. A política educacional é praticada por intermédio dos currículos escolares. Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceito de origem, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação. A escola existe e tem o compromisso com cada um, em particular e com todos em geral.

Portanto, a escola deve expandir-se com diretrizes que proporcionem o diálogo entre os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem; aceite a experiência inicial do educando à cultura acumulada historicamente, superando a compreensão de senso comum; respeitem o ritmo de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, bem como as condições sociais dos sujeitos; estejam atentos para a necessidade de transmissão dos conteúdos cognitivos, não transformando os enriquecimentos que os conteúdos podem receber nos próprios conteúdos.

Diante dos fatos mencionados, a escola trabalha com a contribuição da teoria histórico-cultural, visando desenvolver uma aprendizagem que proporcione reflexão, criticidade e construção de um cidadão consciente e autônomo. Buscamos formar o sujeito, educando-o para a vida, de uma forma humana, proporcionando um ambiente favorável e participativo que estimule o aluno a criar e a aprender. O



professor tem papael de mediador no processo de ensino-aprendizagem, pois sabe-se que a relação entre educador e educando é de extrema importância para a formação da identidade, autoestima e relação pessoal do aluno. Desta forma, o educador deve respeitar as necessidades educacionais e potencializar as habilidades, interesses e aptidões dos educandos.

Princípios Éticos

Por ética entende-se o conjunto de valores que traduz o compromisso do cidadão com o próprio bem estar do planeta. Cabe à família e à escola a responsabilidade de estar não apenas desenvolvendo conceitos sobre estes valores, mas sobre tudo norteando suas práticas cotidianas.

Segundo (BOFF, L. 1999), todos nós trocamos experiências e valores. Todos nós enriquecemos e nos completamos. A partir deste pressuposto que visa respeitar os direitos e especificidades de todos é que nós nos baseamos para proporcionar aos educandos da Escola Classe Córrego do Meio uma educação significativa.

Em busca do resgate dos valores através de tarefas corriqueiras dos estudantes, pretende-se obter a melhor apropriação do conhecimento em um relacionamento de respeito entre aluno-professor.

Cada grupo dos segmentos da comunidade escolar participa direta e indiretamente nos processos educacionais. Existem casos em que alguns membros da comunidade escolar desenvolvem projetos diretamente com os alunos.

Princípios Estéticos

A estética, enfatizada na L.D.B. e PCN's, vem afirmar a importância da criatividade, da afetividade e de manifestações artístico-cultural no desenvolvimento humano. A partir do respeito mútuo às especificidades dos sujeitos, proporcionamos maior liberdade de expressão artístico-plástica. A escola deve investir em ações que estimulem a expressão de sentimentos, emoções, criatividade, e vivência de valores culturais e sociais, através de visitas a museus, apresentações de danças, músicas típicas regionais, dramatizações, teatro, oficinas de artes, dentre outros.

Preocupados com o bom desempenho escolar de seus educandos a escola busca oportunizar ações necessárias para o sucesso de todo o processo ensino-aprendizagem, complementando as práticas supracitadas, valorizando-as em atividades como: Aulas envolventes, utilizando materiais didáticos, de forma lúdica;



Recursos que promovam a reflexão dos alunos, como vídeos, teatros e trilhas ambientais e contos de história; Leitura de forma prazerosa, para que se crie o hábito da leitura; Atividades recreativas direcionadas e acompanhadas pelos docentes dentro do conteúdo apresentado; Atividades diversificadas de acordo com o nível psicogenético do educando; Contextualização das atividades no cotidiano escolar dos estudantes; Inserção de projetos interventivos para aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Portanto, observa-se que a Escola Classe Córrego do Meio, pauta-se em conhecimentos estruturados, promovendo a unicidade entre teoria e prática, a integração entre as diversas áreas do conhecimento, respeitando, em especial, as peculiaridades dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

7. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Proporcionar aos estudantes uma educação significativa, de modo a contribuir para o seu desenvolvimento integral, tornando-os capazes de transformar a sociedade e torná-la mais justa.

Objetivos Específicos

- Garantir o acesso e a permanência do aluno à escola, bem como a construção de competências por meio do desenvolvimento de habilidades nos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor de forma prazerosa;
- Fortalecer o relacionamento da escola com a comunidade;
- Sensibilizar sobre preservação dos recursos naturais do Bioma Cerrado;
- Garantir o desenvolvimento do Currículo em Movimento da Educação Básica, levando-se em consideração as peculiaridades da Educação do Campo;
- Proporcionar aos alunos o desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes;
- Educar para participação da criança na construção do conhecimento e para o poder de questionar a realidade;
- Inserir de forma prática o conceito de escola do campo;
- Estimular atividades culturais e esportivas;



- Promover integração Escola e Comunidade;
- Contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária, em defesa da vida;
- Criar um ambiente propício à vivência participativa, que respeite e valorize a pluralidade cultural como princípio universal;
- Diversificar as atividades da Educação em Tempo Integral.

8. FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

A Escola Classe Córrego do Meio sustentada pelas Diretrizes Pedagógicas para Educação do Campo, instituída por meio da Portaria SEEDF 419/2018, com base em um conjunto de princípios e de procedimentos que objetivam atender a população do campo, em suas variadas formas de produção de vida e demais populações que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho rural fundamenta suas práticas pedagógicas no Currículo em Movimento da Educação Básica do DF.

A respeito das Diretrizes Pedagógicas para Educação do Campo, a Portaria Nº 419/2018 da Secretaria de Educação do Distrito Federal dispõe:

Art. 2º São Princípios da Educação do Campo:

I - Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, religiosos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - Desenvolvimento das Unidades Escolares que atendem aos sujeitos do campo como espaços públicos de formação, pesquisa e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo, reconhecendo suas diferentes formas de organização;

IV - Desenvolvimento pedagógico e curricular a partir da vinculação às matrizes formativas da população do campo, quais sejam: Terra, Trabalho, História, Cultura, Luta Social, Vivências de Opressão, Conhecimento Popular, Organização Coletiva, identificadas por meio de um inventário da escola e da comunidade (Inventário Social, Histórico e Cultural), como atividade de pesquisa a ser realizada por docentes, estudantes e comunidade escolar em geral, de forma que os saberes e fazeres do povo camponês constituam-se referência para a práxis pedagógica;

V - Organização pedagógica pautada no trabalho como princípio educativo, na ligação do conteúdo escolar com a vida, na formação para a coletividade, por meio de processos democráticos participativos, e na alternância regular de períodos de estudos, como princípio e como método, quando se aplicar.



Visando as orientações expostas nos princípios acima e respeitando a diversidade cultural que norteia essa Comunidade Escolar, a Escola Classe Córrego do Meio baseia-se na Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, que em sua gênese, pressupõe uma natureza social da aprendizagem, ou seja, é por meio das interações sociais que o indivíduo desenvolve suas funções psicológicas superiores.

O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam (VIGOTSKI, 2007, p.100)

A teoria Histórico-Cultural explica o aprendizado humano a partir de sua natureza social. Evidencia-se assim, a prevalência do aprendizado por meio das relações desenvolvidas pelos indivíduos no meio social em detrimento ao fator biológico.

A Concepção Histórico- Crítica nasceu das necessidades postas pela prática de muitos educadores, pois as pedagogias tradicionais, nova e tecnicista não apresentavam características historicizadoras; faltava-lhes a consciência dos condicionantes histórico sociais da educação (SAVIANI, 2007). Observa-se que a pedagogia Histórico-Crítica empenha-se em colocar a educação a serviço da transformação das relações sociais, sua didática busca traduzir para a sala de aula o processo dialético – prática-teoria-prática – de elaboração do conhecimento científico. Sendo assim, entende-se que a teoria Histórico-Cultural e a Pedagogia Histórico- Crítica constituem um método eficiente de leitura de mundo e de análise da educação que se expressa numa didática capaz de ser um instrumento significativo de elaboração do conhecimento científico na perspectiva da transformação social.

Perante o exposto a Escola Classe Córrego do Meio ancorar-se em alguns princípios e fundamentos que direcionam suas ações. Dentre os que pretendemos elencar, citamos, inicialmente, a democracia participativa, com a participação de todos os segmentos educacionais nas atividades desenvolvidas na escola, respeitando seus saberes, cultura, possibilitando uma maior distribuição do poder, em que as decisões são construídas com a participação direta da comunidade escolar. Assim, para a efetivação da democracia, tal distribuição de poder deve estar aliada à corresponsabilização. Com âncora no **princípio da territorialidade**, a prática pedagógica desta instituição não deve ignorar sua natureza rural devido a sua localização geográfica. Todavia, não é do simples mapeamento que desejamos direcionar nossas ações. A territorialidade aqui deve abranger também o sentimento de pertença transcendendo o espaço em si, compreendendo-o como o



território usado, de cuja interação cria-se identidade, em que os indivíduos se acham pertencentes daquilo que os pertence. Ressalta-se ainda que essa Instituição de Ensino segue os princípios da integralidade, intersectorização e transversalidade.

Finalmente, é oportuno destacar que os princípios e conceitos supracitados são proposições exemplificativas das concepções pelas quais esta unidade pretende guiar-se, não excluindo outros que encontrem sua razão de ser nas **Teorias Crítica e Pós-Crítica**, bases sobre as quais se buscou construir o atual Projeto Político Pedagógico. Desse modo, ao promover o multiculturalismo e o respeito às diferenças, a escola deve organizar e dispor seus espaços-tempos para a realização de questionamentos e reflexões sobre os fatores que desencadeiam tais desigualdades. Sendo assim, esta instituição unirá esforços para proposição e consecução de atividades apoiadas em eixos transversais como: diversidade, cidadania, sustentabilidade e direitos humanos.

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR

Ao entender o estudante como sujeito de suas próprias construções e relações, que tem potencialidades e necessidades, que tem a capacidade de reflexão acerca da realidade que o cerca, que é produtor de cultura e de saberes, notou-se a necessidade de que a organização curricular de nossa escola leve em consideração todos esses aspectos de vital importância no processo educativo. Seguimos como parâmetros as orientações que fundamentam os currículos das escolas do sistema de ensino do DF, todavia é também essencial que cada Unidade de Ensino tenha como premissa a realidade em que está inserida, o contexto pelo qual a escola se constitui como pertencente àquela comunidade. Assim, trabalhamos sob a organização de etapas de ensino, que por sua vez se subdividem de forma particular segundo suas especificidades. Temos em nossa Unidade de Ensino, o atendimento às seguintes etapas: Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental Anos Iniciais. Ofertamos ainda, atividades no Projeto Educação em Tempo Integral. A Educação Especial também é contemplada, pois temos realizado a inclusão de Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE) em classes regulares da Educação Infantil. Buscamos oportunizar uma educação do campo e no campo.

Os docentes têm buscado o trabalho coletivo e os reagrupamentos



(especialmente nos anos iniciais na busca da alfabetização).

Seguem abaixo cada uma de nossas etapas de ensino e suas finalidades:

Educação Infantil

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade “o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Art. 29 da LDB, após redação dada pela Lei nº 12.796/2013). Sendo assim, o atendimento às crianças busca a integralidade do desenvolvimento infantil deixando evidente a indissociabilidade do cuidar e educar.

Conforme elencado na LDB, em seu art. 30- A educação infantil será oferecida em:

- I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II - **pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.**

Diante do exposto, cabe ressaltar que essa instituição oferece a **etapa pré-escola**. Acolhe as crianças, mantendo um olhar e uma escuta sensível às necessidades, buscando estratégias de comunicação e de inserção no coletivo das próprias crianças, por meio de inúmeras formas de expressão que podem ser vivenciadas pelos humanos. Observa-se ainda, o esforço no sentido de estabelecer comunicação entre a instituição escolar, a criança e sua família e/ou responsáveis, focando nos aspectos afetivos e cognitivos, bem como motores, sensoriais e sociais, imbricados nas relações educativas.

Ensino Fundamental (Séries Iniciais)

O ensino fundamental, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “terá por objetivo a formação básica do cidadão”. Em nossa escola **ofertamos as séries iniciais dessa etapa de ensino** (1º ao 5º ano). Para essa fase o currículo enfatiza a “assimilação de conceitos”, buscando desenvolver as estruturas cognitivas fornecendo aos alunos as “subsunções” necessárias às aprendizagens significativas, e a construção de competências.

Desse modo, procuramos oferecer em nossa escola, uma prática educativa e uma formação compatível com as demandas do mundo moderno, em que procuramos valorizar habilidades, competências pessoais, conhecimentos e valores para além da aquisição de informações.



Educação Especial

A Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, fundamenta-se em princípios de equidade, de direito à dignidade humana, na educabilidade de todos os seres humanos, independentemente de comprometimentos que possam apresentar em decorrência de suas especificidades, no direito à igualdade de oportunidades educacionais, à liberdade de aprender e de expressar-se, e no direito de ser diferente. Essa modalidade de educação deve estar apoiada em políticas públicas educacionais reconhecedoras da diferença e da necessidade de condições distintas para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A Constituição Federal de 1988 veio legitimar a oferta de atendimento educacional especializado a estudantes com necessidades educacionais especiais, indicando que o mesmo deveria ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, e estabelece a Educação Especial como modalidade de educação escolar obrigatória e gratuita. Em seu artigo 205, garante o direito de todos à educação, visando ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No artigo 206, inciso I, prevê a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e, finalmente, em seu artigo 208, inciso V, estabelece que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso a níveis mais elevados de ensino, de pesquisa e de criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

As determinações da Carta Magna respaldam a garantia de educação para todos, conforme estabelecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas – ONU, 1948); na Declaração de Salamanca (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, 1994), das quais o Brasil é signatário, reitera a educação como um direito e apresenta-se como um ponto de partida para a construção de uma educação inclusiva.

A LDB define a Educação Especial como uma modalidade de educação não substitutiva ao ensino comum, a ser oferecida às pessoas com necessidades educacionais especiais, em todos os níveis e modalidades da educação. Em seu Capítulo V, esta Lei determina em seu art. 58, primeiro parágrafo, que poderão ser oferecidos, quando necessário, serviços de apoio especializado, em escola regular



para atender as peculiaridades da clientela de educação especial (BRASIL, 1996).

A Resolução nº 02/2001, do Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), institui as Diretrizes Nacionais para a Educação de Alunos que Apresentem Necessidades Educacionais na Educação Básica, prevê que no atendimento escolar sejam assegurados serviços de educação especial, sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado. O Decreto nº 3.956/ 2001, que promulga a Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência, ratifica a Convenção da OEA, a Lei nº 3.218/2003, que dispõe sobre a Universalização da Educação Inclusiva em escolas da rede pública do Distrito Federal; a Resolução nº 01/2005, do Conselho de Educação do Distrito Federal, estabelece normas para a Educação do Distrito, Federal e dispõe sobre programa de estimulação precoce, salas de recursos, centros especializados e temporalidade; O Decreto nº 5.626/2005 regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais; as Resoluções nº 01 e nº 10/ 2012, do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), estabelecem normas para o sistema de ensino do Distrito Federal acerca do atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais. Todos esses normativos merecem destaque dentro do cenário da educação especial.

A Convenção Sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Decreto nº 6.949/2009, realiza uma análise sobre a conjuntura favorável à definição de Políticas Públicas fundamentadas no paradigma de inclusão social, alterando o conceito de deficiência. Neste normativo, “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem construir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (CORDE, 2008a, p. 27). Esse documento também preconiza o direito da pessoa com deficiência à educação por meio do acesso e da permanência em um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como assegura o aprendizado ao longo de toda a vida.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi configurada como uma série histórica de intenções, ações e concepções que redefiniu a Educação Especial, ampliando seus objetivos e



orientando os sistemas de ensino a garantirem acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade em níveis mais elevados de ensino, transversalidade da modalidade Educação Especial, desde a educação infantil até a educação superior e oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A política define também ações de formação de professores para o AEE e demais profissionais da educação para efetivar a inclusão. Esse documento reafirma o conceito de atendimento educacional especializado complementar e suplementar e define o público-alvo da educação especial, composto por estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008). Para regulamentar essa política, instituiu-se o Decreto nº 6.571/2008, que dispunha sobre o AEE, e que financiava por meio de duplo cômputo no FUNDEB a escolarização do público alvo de Educação Especial, somente em escolas comuns e ainda fazia a previsão de apoio técnico e financeiro somente aos sistemas públicos de ensino. Com essas prerrogativas, o AEE tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação de estudantes, considerando suas necessidades específicas. De acordo com esse Decreto, a oferta do AEE deveria ser efetivada, segundo o modelo de salas de recursos multifuncionais. O Decreto nº 7.611/2011 dispõe sobre a Educação Especial, o AEE e dá outras providências, revoga o Decreto nº 6.571/2008 e abre a possibilidade de que as instituições especializadas devidamente credenciadas nos sistemas públicos de ensino possam receber financiamento por escolarização de estudantes da Educação Especial. A orientação desse normativo enfatiza em seu artigo 2º que a Educação Especial deve garantir o AEE e explicita as complementações e suplementações curriculares desse atendimento. O modo de organização curricular complementar é destinado a alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento de modo a garantir apoio permanente e ilimitado no tempo e na frequência de estudantes às salas de recursos multifuncionais, e o modo suplementar do currículo é disponibilizado à formação de alunos com altas habilidades/ superdotação (BRASIL, 2011).

Ainda com relação aos marcos histórico e regulatório da Educação Especial, a Conferência Nacional de Educação Básica (BRASIL, 2008b) em seu texto final salienta:

Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALINA
ESCOLA CLASSE CÓRREGO DO MEIO



especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica nos transportes, mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação de políticas públicas (BRASIL, 2008b, p. 64).

O reconhecimento das diferenças e a conscientização acerca da garantia de igualdade de oportunidades orientam para uma política permeada pela ética de inclusão, ou seja, a concretização de atitudes que favoreçam que os indivíduos possam ser desiguais, inclusive para exercer o imperativo da ética de inclusão implicada no direito da cidadania e fundamentada no direito, que as pessoas com necessidades educacionais especiais têm de tomar parte ativa na sociedade, com oportunidades iguais às da maioria da população. Essas oportunidades, certamente, passam pela ação deliberada da escola como espaço privilegiado de saber para a diversidade e para a cidadania, em uma perspectiva de educação para os direitos humanos e, neste sentido, o direito fundamental à educação de qualidade.

Na última década, para fazer valer esse direito para todos, e neste todos se incluem estudantes com altas habilidades/superdotação, estudantes com transtornos globais de desenvolvimento e aqueles com deficiências física, intelectual e sensorial as políticas públicas em âmbito federal, estadual, municipal e distrital começam a sinalizar para ações mais concretas nessa direção, com adoção de políticas afirmativas e políticas de Estado e de Governo para responderem a demandas de inclusão social e educacional desses estudantes.

A Resolução nº 04/2009 do CNE/CEB institui as Diretrizes Operacionais para Atendimento Educacional Especializado em Educação Básica, definindo a institucionalização do atendimento educacional especializado e a necessidade de que o mesmo passe a integrar o projeto político pedagógico da escola, prevendo a participação da família e a elaboração de Plano de Atendimento Educacional Especializado- AEE por parte de professor especializado. Enfatiza-se nesta Resolução o caráter pedagógico das salas de recursos multifuncionais como o locus prioritário do AEE, mas não único.



É importante destacar que o atendimento especializado não pode ser restrito às salas de recursos; ele é abrangente em termos de estratégias pedagógicas, ações políticas e diversidade de recursos acessíveis, didáticos e pedagógicos que, juntos, possibilitam efetivação da proposta curricular para esse grupo de estudantes. (currículo em movimento 2018, p.11).

Conforme elencado acima é imprescindível oportunizar a inclusão em salas de aula do ensino regular, tornando assim o ambiente escolar mais acessível e democrático. Assim, a Escola Classe Córrego do Meio trabalha na perspectiva de uma escola inclusiva, onde todos convivem bem com as diferenças e são respeitosos com as necessidades de alguns. Visando ser uma escola inclusiva, estamos modificando setores da escola com o objetivo de fomentar a acessibilidade, tais como: construção de rampas, adequando banheiros, etc. Estamos ainda, realizando atividades de sensibilização e conscientização junto à comunidade escolar para que ocorra a quebra das barreiras do preconceito. Vale destacar que, outro elemento essencial à efetivação da inclusão é a sala de recursos, ferramenta que não contamos ainda. Os estudantes com necessidades educacionais especiais são inseridos em classes regulares e possuem um atendimento educacional compatível com suas limitações, que trabalha com suas dificuldades e procura recursos para que essas barreiras sejam minimizadas.

Educação em Tempo Integral

Em relação à educação em tempo integral, a ideia da Secretaria de Estado de Educação do DF de promover a Educação Integral é um resgate da própria história de Brasília, que se confunde com os ideais de Anísio Teixeira para a escola, como um espaço de múltiplas funções e de convívio social, que busca o desenvolvimento integral do ser humano. Trata-se de uma visão peculiar do homem e da educação. O indivíduo é um ser único, especial e singular, na inteireza de sua essência, na inefável complexidade de sua presença. E a educação é uma grande arte de convivência, que une os homens entre si em torno do direito de aprender e da conquista da cidadania.

Na sociedade atual, a escola é chamada a desempenhar intensivamente um conjunto de funções diversas. Além da função de instruir e avaliar, a escola tem de orientar (pedagógica, vocacional e socialmente), de cuidar e acolher crianças e jovens em complementaridade com a família, de se relacionar ativamente com a comunidade, de gerir e adaptar currículos, de coordenar um grande número de



atividades, de organizar e gerir recursos e informações educativas, de autogerir e se administra, de autoavaliar, de ajudar a formar seus próprios docentes, de avaliar projetos e de abordar a importância da formação ao longo de toda a vida (ALARCÃO, 2001). Essa multiplicidade de funções, algumas questionáveis e questionadas, incorpora à escola responsabilidades que não eram vistas como tipicamente escolares, mas que, se não estivessem garantidas, podem inviabilizar o trabalho pedagógico (BRASIL, 2009).

Princípios da Educação em Tempo Integral

Para possibilitar aos estudantes a ampliação das oportunidades e, conseqüentemente, o fortalecimento da participação cidadã no processo de concretização dos fundamentos, objetivos e procedimentos propostos pelo Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF, a Educação Integral apresenta como princípios: integralidade, interse- torialidade, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territoriali- zação, trabalho em rede e convivência escolar.

- **Integralidade** é um princípio que busca dar a devida atenção a todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais; ou seja, a integralidade vai além do aumento do tempo do estudante na Unidade Escolar, já que se deve levar em consideração que o processo formativo acontece ao longo da vida de uma pessoa, e que a escola contribui com a formação humana “por meio de práticas educativas asso- ciadas a diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esporte, lazer, informática, entre outras, visando ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas”. Nessa direção, este é, provavelmente, o princípio que mais desafia o “fazer educação” na Unidade Escolar, uma vez que propõe agregar à formação do estudante aspectos que preveem a valorização do potencial cognitivo e intelectual;
- **Intersetorialidade:** assegura políticas públicas de diferentes cam- pos, a fim de “potencializar a oferta de serviços públicos como forma de contribuição para a melhoria da qualidade da educação.”
- **Transversalidade:** busca por em prática a “concepção interdisciplinar de conhecimento, vinculando a aprendizagem aos interesses e aos problemas reais dos estudantes e da comunidade.”;
- **Diálogo escola-comunidade:** procura “legitimar os saberes comu- nitários como sendo do mundo e da vida, pensando na Unidade Escolar com abertura para resgatar



tradições e culturas populares.”;

- **Territorialização:** o propósito é ultrapassar os muros das escolas fazendo parcerias com a comunidade para a “criação de projetos socioculturais significativos e para o melhor aproveitamento das possibilidades educativas”;
- **Trabalho em rede e convivência escolar:** “todos devem trabalhar em conjunto, trocando experiências e informações, com o objetivo de criar oportunidades de aprendizagem para todas as crianças, adolescentes e jovens.” Afinal, “o estudante não é só do professor ou da escola mas da rede, existindo uma corresponsabilidade pela educação e pela formação do educando”.

A Educação Integral em sua essência e qualidade é aquela que forma o ser humano em sua integralidade e para sua emancipação. Construir uma educação que emancipe e forme em uma perspectiva humana que considere suas múltiplas dimensões e necessidades educativas é a grande estratégia de melhoria da qualidade de ensino e promoção do sucesso escolar, que é a Educação Integral. (SEEDF, 2014).

Assim sendo, a Escola Classe Córrego do Meio oferece Educação em Tempo Integral aos estudantes do Ensino Fundamental, no contraturno, com o propósito de oportunizar aos educandos aprimoramento dos conhecimentos através de oficinas de reforço e vivências diretamente relacionadas ao contexto em que os mesmos estão inseridos, por meio de atividades significativas na lida com hortas e outros.

Então, todo currículo é permeado com os temas transversais, como forma de orientar a educação escolar, em seus princípios básicos.

O currículo proposto para as escolas do Distrito federal norteia-se pelos princípios éticos e morais que são consubstanciados nas relações sociais, as do mundo de trabalho e a de concepção de trabalho curricular que estão intimamente ligadas à educação exigida pelo mundo e ao processo de globalização e transformação.

Os temas transversais são desenvolvidos em todos os níveis e modalidade de ensino, integrado aos componentes curriculares. E no que se refere aos Princípios Educacionais, associados à visão pedagógica do sistema, fundamenta-se na Teoria Construtivista, considerando que o conhecimento resulta de um processo de construção e contribuindo para que o educando seja capaz de pensar a realidade em que vive e transformá-la.

Educação do Campo

Com o intuito de inserir uma educação do campo e no campo, toda a equipe



busca a partir dos preceitos legais a diferenciação entre o que rural e o que é o campo. Fazendo com que os estudantes reconheçam o meio em que vivem, bem como os sujeitos que nele estão inseridos. Engajados em projetos direcionados para o desenvolvimento socialmente justo no espaço diverso e multicultural do campo, confirmam a pertinência e apresentam contribuições para a formulação de novos conhecimentos.

De acordo com Vendramini e Machado (2011, p. 87), o projeto de Educação do Campo tem uma interpretação político e pedagógica diferenciada da educação rural; surge para “estabelecer conexões nas formas de produzir, de se organizar, de lutar e de educar/formar/ensinar a sua base, como forma de se produzir transformações substanciais na própria existência humana desses sujeitos”. Assim:

Compreender o lugar da escola na Educação do Campo é compreender o tipo de ser humano que ela precisa ajudar a formar e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que vêm se constituindo no campo hoje. A escola precisa cumprir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização das pessoas com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva. Ao mesmo tempo é chamada a estar atenta à particularidade dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações de trabalhadores e de militantes sociais. (CALDART, 2004, p, 37).

É essencial que a escola do campo tenha uma educação característica para o campo estabelecendo vínculo com as comunidades/povos do campo privilegiando o protagonismo dos movimentos sociais ligados a ele, “... pois um dos objetivos da educação popular é contribuir para criar condições do povo ser sujeito do processo de produção do conhecimento e de sua própria vida” (MOLINA, 2006, p. 12).

Ao pesquisar documentos específicos dessa ordem demonstra-se uma política de educação específica para o campo e aparecem ordenados de acordo com a data de sua publicação. Inicia com o Parecer CNE nº 36/2001 importante estudo do tratamento recebido pela educação do campo nas Constituições Brasileiras. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo constituem-se como referência para a Política de Educação do Campo à medida que com base na legislação educacional estabelecem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.



Ainda em busca de conhecimentos lê-se o decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, da Presidência da República que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Entre os seus artigos vale evidenciar alguns em específico:

§ 4º A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político- pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo.

Para construir uma **educação que contemple o campo** é necessário colocar em questão ideias e conceitos há muitos estabelecidos na sociedade, desenvolver novos conceitos de modo a reverter as desigualdades educacionais, historicamente construídas, entre o campo e a cidade. Segundo Caldart (2002), a associação da Educação do campo às lutas por políticas públicas e reforma agrária é o fundamento educativo de um novo projeto político de desenvolvimento. A conquista da humanização se dá na própria luta contra a desumanização. Por isso, o desafio para as escolas, em especial da Escola Classe Córrego do Meio é formar para recuperar as condições humanas dos povos do campo.

10. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR

Coordenação Pedagógica

Nesta Unidade de Ensino as coordenações pedagógicas são dedicadas às trocas de conhecimentos/experiências, avaliação do trabalho realizado e reorganização do fazer pedagógico, com o objetivo de promover estratégias para o desenvolvimento das aprendizagens. Então, os docentes trabalham em regime de jornada ampliada, com carga horária semanal de 40 horas. Desse total, 25 horas são destinadas à regência de classe, 15 horas para a coordenação pedagógica.

As quartas-feiras são destinadas à coordenação coletiva, momento em que todos os professores, coordenador pedagógico e representantes da direção se reúnem para planejamento, estudos e para tratar de assuntos de interesse pedagógico em geral. A coordenação pedagógica, momento disponibilizado aos



professores é primordial para a promoção da qualidade do ensino.

Além das coordenações coletivas também acontecem as coordenações individuais dos professores que são devidamente acompanhadas pelo coordenador de nossa Unidade de Ensino. Nestas coordenações são confeccionadas/preparadas atividades para as aulas. A atuação do **coordenador pedagógico dentro dessa Unidade de Ensino** é imprescindível, pois o mesmo articula junto ao seu grupo os projetos e possibilidades para a melhoria na aprendizagem dos educandos. Realiza busca ativa aos estudantes considerados faltosos e infrequentes, encarrega-se da produção de materiais essenciais ao trabalho de sala de aula, além disso, oferece apoio à equipe gestora e aos docentes. Vale destacar que em caso de ausência justificada de algum professor, esse profissional assume a turma e desenvolve atividades, tudo isso para que o educando não tenha perda na aprendizagem.

Formação Continuada

Os docentes desta escola participam ativamente de cursos oferecidos pela EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação), palestras e formações oferecidas pela SEDF. Neste ano a escola contará com a parceria do Detran- DF para que o trânsito como tema transversal seja trabalhado com continuidade e qualidade. Para isso, a Diretoria de Educação do Detran-DF oportunizará aos professores momentos de reuniões referentes ao tema supracitado. É importante ressaltar que as coordenações coletivas também são momentos de formação, como exposto anteriormente nesse documento.

Ciclos

A organização do trabalho pedagógico do Ensino Fundamental é baseada na Constituição e na Lei 9394/96 – LDB, ficando a escola organizada em **ciclos**. Sendo a proposta de trabalho envolvida em diferentes áreas do conhecimento de maneira a considerar uma ação didática e pedagógica sustentada nos eixos estruturantes (cidadania, diversidade, sustentabilidade e aprendizagens) e nos eixos integradores (alfabetização, letramentos e ludicidade). De forma interdisciplinar e contextualizada, ou seja, fazendo a articulação entre os componentes, sem desconsiderar as especificidades de cada um, indo ao encontro do que é significativo para o estudante. Também leva em conta a proposta pedagógica do Bloco Inicial de Alfabetização – BIA . Diante disso, a organização pedagógica desta UE está assim disposta: **Educação Infantil** – Pré- escola; Ensino



Fundamental 2º Ciclo do Bloco I (1º ao 3º Ano) e 2º Ciclo do Bloco II (4º Ano e 5º Ano).

Ensino Fundamental– 2º Ciclo- 1º Bloco- Bloco Inicial de Alfabetização

1º BLOCO – BIA – Bloco Inicial de Alfabetização (1º, 2º e 3º Ano)		
ANO	FAIXA-ETÁRIA	PROMOÇÃO AUTOMÁTICA/RETENÇÃO
1º ANO	06 anos	(x) Promoção automática () Retenção, caso necessário.
2º ANO	07 anos	(x) Promoção automática () Retenção, caso necessário.
3º ANO	08 anos	() Promoção automática (x) Retenção, caso necessário

2º Ciclo- 2º Bloco (4º Ano e 5º Ano)

2º BLOCO – 4º e 5º ano		
ANO	FAIXA-ETÁRIA	PROMOÇÃO AUTOMÁTICA/RETENÇÃO
4º ANO	09 anos	(x) Promoção automática
5º ANO	10 anos	(x) Retenção, caso necessário

Organização dos tempos e espaços

A escola atende nos turnos: MATUTINO e VESPERTINO

Pela manhã, de 7h15 às 12h15, são atendidos estudantes de Anos Iniciais (1º ao 5ºano) e pela tarde, de 13h às 18h, são atendidos os estudantes da Educação Infantil (Pré- escola). As aulas pela manhã são interrompidas nos seguintes horários: lanche que acontece das 7h40 às 8h; pelo recreio (dirigido/acompanhado pelo professor) de 10h às 10h30 e pelo almoço que acontece de 11h 50 às 12h15. Referente ao lanche e ao almoço, esses são servidos em sala de aula; As servidoras responsáveis pelo preparo do “lanche/Almoço” se deslocam até as salas para disponibilizar o alimento. O educando faz a refeição em sala de aula.

No período vespertino, como os estudantes são menores (Educação Infantil)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALINA
ESCOLA CLASSE CÓRREGO DO MEIO



a atenção e a organização da rotina requer ainda mais cautela. Após a acolhida no pátio que acontece às 13h, os estudantes são conduzidos às salas de aula para realizarem a refeição (almoço). Após isso, os educandos realizam a higiene bucal em locais apropriados para essa atividade. Mais tarde, às 15h 30 acontece o lanche. A forma de servir o almoço/lanche segue o modelo adotado no turno matutino. O recreio desse público acontece às 16h 30 com orientação/acompanhamento dos professores.

Sendo assim, acredita-se que este formato é o mais adequado para a utilização do tempo e que os nossos educandos se tornaram mais calmos e motivados.

Com relação aos espaços existentes na escola, segue tabela demonstrativa:

Sala	Sala /Turma	Turno
01	4º ano	Matutino
02	5º ano	Matutino
03	2º ano	Matutino
04	3º ano	Matutino
05	1º ano	Matutino
-	Sala direção/secretaria	-
-	Sala de Servidor	-
-	Depósitos	-
-	Cozinha	-
-	Banheiro de servidores	-
-	Banheiro de estudantes	-
03	2º período	Vespertino
05	1º período	Vespertino

Relação escola- comunidade

Na Escola Classe Córrego do Meio os pais e ou responsáveis sempre participam efetivamente das atividades elaboradas pela Unidade de Ensino, tais como: reuniões, palestras, e outros eventos de cunho social e pedagógico. As famílias opinam para o bom andamento da escola e contribuem na medida do possível com o que lhes é proposto. Os pais ou responsáveis que são convocados, por motivos diversos, comparecem na medida do possível em data e momento



marcado, gerando assim a parceria necessária que o estudante precisa para se sentir seguro, confiante e acompanhado em sua aprendizagem e disciplina. De modo geral, a relação entre pais e escola é muito boa, através dessa boa convivência surgem diversas parceiras que contribuem para o bom desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Metodologia de ensino

Com o propósito de oportunizar atividades e vivências que contribuam para o alcance de aprendizagens significativas, a equipe pedagógica da escola utiliza as seguintes metodologias/estratégias de ensino:

- Aulas expositivas;
- Incentivo à leitura- Momento em que os estudantes, como protagonista, realizam apresentações e reflexões sobre determinado tema;
- Atividades dirigidas envolvendo os campos do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.
- Correção coletiva de atividades propostas, bem como aulas de reforço escolar;
- Uso do livro didático- ferramenta complementar às atividades propostas.
- Atividades lúdicas e cooperativas envolvendo recreação.
- Trabalhos, avaliações, recursos audio visuais, dinâmicas de grupos, etc.

Orientação Educacional

A Orientação Educacional contribui para o processo educativo a partir de uma prática articulada com toda a comunidade escolar, repensando coletivamente o fazer pedagógico, participando da análise da realidade, apoiando diálogos problematizadores, promovendo a tomada de decisão individual e coletiva e executando ações com foco em objetivos compartilhados no Projeto Pedagógico desta unidade escolar, a fim de tecer uma rede social e interestitucional que colabore com o desenvolvimento integral do estudante.

Neste ano letivo, a Escola Classe Córrego do Meio não tem em seu quadro de servidores esse profissional, contudo, as demandas referentes aos serviços de Orientação Educacional são apresentadas à Rede de Apoio/ UNIEB/ CREP.



Atuação dos profissionais de apoio- ESV

A escola conta com 01 (uma) Educadora Social Voluntária que atende aos estudantes ANEE; essa educadora atende nos dois turnos (matutino e vespertino). A mesma passou por processo seletivo online com apresentação de documentação e após todo o processo, pela classificação, foi convocada ao trabalho.

Permanência e êxito escolar dos estudantes

Nesta Unidade de Ensino o empenho para que a permanência do educando aconteça é muito efetiva. Há controle/acompanhamento individualizado no que diz respeito às faltas. O coordenador pedagógico com o auxílio do secretário escolar faz levantamento periódico para casos de estudantes ausentes/ faltosos. Ao detectar que determinado educando está com um número expressivo de ausências, iniciamos o processo de busca ativa deste estudante e de sua família, a fim de tornar notória as perdas que se tem quando da ausência às aulas. É importante destacar que nessa escola é raríssimo haver evasão escolar.

Recomposição das aprendizagens

Diante das dificuldades de aprendizagens, mas com o propósito de recompor as aprendizagens, a escola segue o Currículo proposto pela Secretaria para os Ciclos no qual as habilidades são adaptadas e há a busca de conteúdos anteriores à série para que o estudante possa adquirir os pré-requisitos necessários para seguir em frente. Nesta escola os docentes realizam aulas de reforço para que os estudantes avancem nas aprendizagens. Esse reforço é realizado pelo docente da turma, em turno contrário e até mesmo de forma individualizada durante as aulas.

Uma estratégia que está sendo desenvolvida este ano, por alguns professores, é o processo de **assessoria**, onde os estudantes que já estão mais avançados auxiliam os colegas que ainda estão em processo de consolidação da aprendizagem. Diante dessa assertiva, entende-se que aquele que ensina aprende mais. Portanto, além de ajudar seus colegas de classe esses assistentes têm a oportunidade de ter os seus conhecimentos aperfeiçoados.

É importante mencionar que no projeto Educação em Tempo Integral os educandos participam de oficinas de reforço com o objetivo de fortalecer o processo de alfabetização e ampliação das aprendizagens de modo geral.



11. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

Esta instituição segue as propostas de avaliação presentes nas Diretrizes de Avaliação da SEDF, em seus três níveis (Avaliação da Aprendizagem, Institucional e de Larga Escala), pois acredita-se que:

[...] a função formativa da avaliação é a mais adequada ao projeto de educação pública democrática e emancipatória. Compreende também que a função diagnóstica compõe a avaliação formativa, devendo ser comum aos demais níveis da avaliação. A função formativa, independentemente do instrumento ou procedimento utilizado, é realizada com a intenção de incluir e manter todos aprendendo (HADJI, 2001). Esta função deve perpassar os níveis: da aprendizagem, institucional (autoavaliação da escola) e de redes ou de larga escala. Sua finalidade maior reside em auxiliar, ao invés de punir, expor ou humilhar os estudantes por meio da avaliação.

A SEEDF adota o termo Avaliação para as aprendizagens (VILLAS BOAS, 2012) porque nos situa no campo da educação com a intenção de avaliar para garantir algo e não apenas para coletar dados sem comprometimento com o processo. A avaliação da aprendizagem se sustenta no paradigma positivista e, portanto, distancia-se do avaliado, buscando certa “neutralidade”. Enquanto isso, a Avaliação para as aprendizagens se compromete com o processo e não somente com o produto da avaliação (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS, p.71 e 72).

Avaliação para as Aprendizagens

A escola tem por finalidade oferecer um ensino de qualidade, com a participação da comunidade. Preocupa-se em ajustar sua maneira de ensinar e selecionar conteúdo de modo a auxiliá-los as várias vivências que são expostas ao seu meio cultural.

A avaliação não se restringe a um mero julgamento sobre fracassos ou sucessos do aluno, e sim, a um conjunto de atuações com função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica, de forma contínua e sistematicamente, por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. O sistema de avaliação visa demonstrar as potencialidades da criança e do adolescente, tanto no desenvolvimento dos componentes curriculares, como no seu papel de aluno em relação ao professor, aos colegas ou à escola.

Sempre que necessário o professor faz uma investigação sobre os conhecimentos prévios do estudante, **por meio de avaliação diagnóstica**, para que se



tenha clareza de onde partir, assim podendo acompanhar seus avanços quanto ao processo aprendizagem, quando assim indicarem a potencialidade do aluno, seu progresso nos estudos e suas condições de ajustamento a períodos mais adiantados.

A avaliação deve seguir o novo currículo em consonância com o Regimento Escolar e a LDB, sendo esta processual/formativa e contínua, observando o ser humano quanto ao seu crescimento individual e coletivo, valorizando seu progresso e o aprendizado significativo, assumindo um caráter inclusivo, tendo que infundir no aluno confiança em si mesmo e estimulá-lo a avançar sempre.

Sendo assim, nosso método de avaliação é processual/formativa, sendo o rendimento escolar e desenvolvimento das habilidades requeridas em cada série/ano, expressos por meio de relatório descritivo e individual por bimestre, participação das atividades propostas pelo professor e pela escola como exposições orais, trabalhos em grupo, atividades artísticas e culturais, entre outros. O estudante que demonstra dificuldades quanto ao desenvolvimento de habilidades é acompanhado sistematicamente ao longo do processo, com atividades interventivas conforme as dificuldades apresentadas. Vale destacar que a avaliação, também, tem como objetivo levar os professores a práticas participativas e construtivas, por meio das quais os educandos sejam desafiados a se fazerem sujeito do processo, o que amplia a necessidade de orientá-los a serem críticos e criativos, avaliados pelo critério do pensar e recriar conhecimentos.

É importante expor que o processo avaliativo de ensino pode acontecer em vários níveis. Uma das avaliações mais importantes que servem de parametro para definir políticas públicas é o SAEB. Trata-se de uma avaliação de larga escala, que fornece um diagnóstico da educação básica brasileira. Seus dados permitem avaliar os níveis de aprendizagem dos estudantes, considerando o contexto sócioeconômico para criar um retrato fiel do aluno. Seus objetivos são: oferecer subsídios para elaboração de políticas públicas, identificar problemas de desigualdades na educação, fornecer informações sobre o contexto econômico, social e cultural que influenciam o desempenho dos estudantes entre outros.

Diante de situações adversas, a escola não participou da última aplicação dessa avaliação. Cabe destacar ainda, que durante esse período a escola passava por reestruturação física e pedagógica.

Pode-se afirmar que a Escola Classe Córrego do Meio atualmente está



preparada para participar da próxima aplicação desta tão importante avaliação.

Conselho de Classe

Segundo o (REGIMENTO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL pag, 30): Art. 29. O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da Gestão Democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e das aprendizagens, havendo tantos Conselhos de Classe quantas forem as turmas existentes na unidade escolar.

Parágrafo único. O Conselho de Classe será composto por:

- I - todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos;
- II - Pedagogo – Orientador Educacional;
- III - representante da carreira Assistência à Educação;
- IV - representante das famílias e/ou responsáveis legais;
- V - representante dos estudantes a partir do 6.º ano do Ensino Fundamental ou do primeiro segmento da Educação de Jovens e Adultos, escolhidos por seus pares, garantida a representatividade dos estudantes de cada uma das turmas;
- VI - representantes dos serviços de apoio especializado.

É importante destacar que nos Conselhos de Classe propostos para as turmas dessa escola participam: Professores, Equipe de Coordenação e Equipe Gestora.

Durante o Conselho de Classe, levantamos a situação de cada turma e de cada estudante. São avaliadas as estratégias de ensino, a atuação dos profissionais diante das dificuldades evidenciadas, o nível de aprendizagem dos educandos, e ainda são sugeridos procedimentos necessários para sanar os problemas apontados.

Avaliação Institucional

Incidirá sobre os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da atividade escolar, sendo desenvolvida mediante Planejamento Participativo, por meio de questionários, relatos da comunidade, entre outros a serem definidos pela escola, aferidos por mecanismos de acompanhamento anual, definidos pela SEEDF, que terá como referências o Índice de Desempenho da Educação Básica – IDEB.

Partindo dos problemas, dificuldades e obstáculos que são expostos e que



causam o mau funcionamento da escola, são acolhidas e analisadas as sugestões que melhor solucionem esses problemas.

As ações a serem definidas após a realização da avaliação Institucional devem ser expostas com total transparência e participação de todos os atores pertencentes aos diversos segmentos da escola, dentro da nossa realidade. Todos os resultados e participações são divulgados periodicamente para a comunidade escolar nas reuniões bimestrais de pais e responsáveis.

Avaliações em Larga Escala

A escola participa também de Avaliações em Larga Escala propostas pela própria Secretaria de Educação e que sempre busca motivar os estudantes na realização destas e promove discussões a respeito dos resultados junto aos estudantes e junto aos professores e demais segmentos da Unidade, todavia, devido às situações adversas a escola não participou da última aplicação (2021) dessa avaliação. Cabe enfatizar que durante esse período a escola se estruturou física e pedagogicamente, com isso, o fortalecimento das aprendizagens ocorreu consideravelmente.

Por fim, pode-se afirmar que a Escola Classe Córrego do Meio está bem mais preparada para oportunizar aos estudantes a participação na próxima aplicação desta tão importante avaliação.

12. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

Gestão Pedagógica

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM	
OBJETIVO	Favorecer a construção do conhecimento com vistas ao sucesso escolar.
METAS	Fazer com que aos educandos alcancem um aprendizado significativo com resultados qualitativos.



AÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Observação da dinâmica de todo o contexto pedagógico da unidade escolar (salas de aula, sala de reforço, sala de leitura, sala para planejamento coletivo, entre outros).- Momentos de estudo e reflexão com toda a equipe pedagógica sobre as concepções e práticas de ensino adotadas pela equipe escolar e seus impactos (positivos ou Negativos) na qualidade do ensino.
AValiação	A avaliação será feita através de constante observação da equipe escolar no que se refere à reflexão em relação às concepções e práticas de ensino, valorizando as potencialidades da equipe.
RESPONSÁVEIS	Professores, Coordenadores e Direção;
CRONOGRAMA	Ano Letivo.

Gestão de Resultados Educacionais

Sabe-se que para alcançar resultados satisfatórios, o planejamento articulado, feito a partir de reflexões, é de fundamental importância. Nesse sentido, propomos realizar, periodicamente, reflexão sobre os índices do rendimento escolar de toda escola, por blocos, por segmentos, e por turmas e de forma individual com cada turma, e, a partir dos resultados obtidos, definimos estratégias e planejamento coletivo para a superação das fragilidades encontradas.

[...] todos devem trabalhar em conjunto, trocando experiências e informações, com o objetivo de criar oportunidades de aprendizagem para todas as crianças, adolescentes e jovens. O estudante não é só do professor ou da escola, mas da rede, existindo uma corresponsabilidade pela educação e pela formação do educando. Nessa ambiência favorável ao diálogo, o professor não está sozinho, faz parte da equipe da escola e da rede de ensino (CURRÍCULO EM MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS, p. 29 e 30).

Sabendo que os estudantes não são responsabilidade somente do professor, mas que toda equipe docente é corresponsável pela qualidade do ensino que lhes é ofertado, propomos a realização de planejamento coletivo, a ser realizado, semanalmente, por blocos. Para este momento de planejamento, todos



trarão sugestões que evidenciem as necessidades das turmas e o Currículo em Movimento.

GESTÃO DE RESULTADOS EDUCACIONAIS	
OBJETIVO	Acompanhar e analisar o rendimento dos estudantes durante o ano letivo.
METAS	A partir da avaliação inicial (Diagnóstica) e outras informações, organizar o trabalho pedagógico para que o estudante consiga ter um aprendizado voltado as suas especificidades. Com isso, espera-se alcançar melhores resultados.
AÇÕES	As avaliações das aprendizagens dos educandos são feitas diariamente através da participação dos mesmos nas atividades propostas pelos professores, coordenação e equipe gestora, e também, por meio de trabalhos e avaliações escritas (subjetivas e objetivas).
AVALIAÇÃO	A avaliação será feita por meio de reuniões com toda equipe pedagógica.
RESPONSÁVEIS	Equipe Gestora, Coordenação Pedagógica, Professores.
CRONOGRAMA	Ano Letivo.

Gestão Participativa

GESTÃO PARTICIPATIVA	
OBJETIVO	Cooperar com os demais profissionais, para a promoção da análise crítica acerca da identidade profissional dos atores da instituição educacional, principalmente do corpo docente, de modo a provocar a revisão e/ou atualização de suas práticas.
METAS	Fazer com que toda Comunidade Escolar sinta-se parte das ações da Intituição, por meio de opiniões, etc.



AÇÕES	Participação, em conjunto com coordenadores pedagógicos, supervisor e direção, nas atividades de planejamento pedagógico, reuniões coletivas, conselhos de classe e reuniões de pais; Sugerir a realização de oficinas que visam o aprimoramento e promoção do hábito de leitura dos estudantes.
AVALIAÇÃO	A avaliação será feita através de constante observação da equipe escolar no que se refere às concepções e práticas de ensino, valorizando o trabalho em equipe.
RESPONSÁVEIS	Direção, Coordenadores, Professores, Servidores, Pais/Responsáveis, Estudantes.
CRONOGRAMA	Ano Letivo.

Gestão Financeira

GESTÃO FINANCEIRA	
OBJETIVO	Gerir e prestar contas dos Recursos Públicos oriundos do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, da Secretaria de educação do Distrito Federal e, ainda do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação PDDE/MEC.
METAS	Por meio da aquisição de bens e serviços, proporcionar à Comunidade Escolar uma instituição confortável, com espaços e materiais pedagógicos de qualidade.
AÇÕES	Efetuar gastos de forma controlada e eficiente. Acompanhamento por parte dos responsáveis com a devida prestação de contas



AVALIAÇÃO	Membros do Conselho Escolar e CRE.
RESPONSÁVEIS	Direção, Coordenadores, Professores, Servidores Pais/Responsáveis, Estudantes.
CRONOGRAMA	Ano Letivo.

Gestão Administrativa

GESTÃO ADMINISTRATIVA	
OBJETIVO	Garantir o pleno funcionamento da Instituição no que diz respeito aos bens materiais e de serviço, estrutura e patrimônio; manter toda a documentação e escrituração da escola de forma organizada (documentação dos estudantes e de todos os Servidores da Instituição).
METAS	Planejar, controlar e organizar documentos referentes à aquisição de bens e serviços, ainda, prover meios que promovam o bom andamento do expediente.
AÇÕES	Aquisição de materiais de expediente conforme a necessidade; Registro a respeito da localização dos patrimônios dentro da Instituição; Devolução de bens inservíveis; Conserto de materiais ainda reutilizáveis, entre outros.
AVALIAÇÃO	Reuniões com o Conselho Escolar, Reuniões coletivas com os professores; Reuniões da Equipe Gestora.
RESPONSÁVEIS	Professores, Coordenadores, Direção, Membros do Conselho Escolar.
CRONOGRAMA	Ano Letivo.



Gestão de Pessoas

GESTÃO DE PESSOAS	
OBJETIVO	Fazer com que todos os integrantes da Instituição sintam-se importantes que de fato, são parte do crescimento/sucesso da mesma, bem como possibilitar a busca constante de profissionais capacitados para o trabalho nessa escola.
METAS	Zelar pela participação de todos e que possam realizar suas funções da melhor maneira possível.
AÇÕES	São realizadas reuniões coletivas, momento em que todos expressam suas opiniões, participando, analisando e modificando ações, com o propósito de construir um ambiente satisfatório para realização de um bom trabalho.
AVALIAÇÃO	São realizadas por meio das Reuniões Coletivas e Conselhos de Classe.
CRONOGRAMA	Ano Letivo.

13. PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS

Coordenação Pedagógica

A Coordenação Pedagógica da nossa escola, conforme citado anteriormente neste documento é mais um momento para que os docentes realizem trocas de experiências e debatam sobre assuntos pertinentes ao fazer pedagógico. O Coordenador Pedagógico e Equipe Gestora acompanham, participam, contribuem e auxiliam na organização do trabalho pedagógico. Na Educação Infantil e nos Anos iniciais estes encontros acontecem nas **terças e quintas**. Educação Infantil (Matutino) e Ensino Fundamental (Vespertino).

Nas quartas-feiras acontecem as reuniões coletivas com a participação da



Equipe Gestora e professores. Nessa reunião são abordados temas importantíssimos relacionados ao trabalho pedagógico, tais como: cronograma de atividades, confecção de materiais para aula, abordagens relacionadas a Comunidade Escolar e outros.

Conselho Escolar

Nosso Conselho é composto por membros dos segmentos a seguir: pais, professores, servidores, servidores do serviço de apoio e Equipe Gestora. Os integrantes do Conselho Escolar participam de reuniões nas quais são definidas questões de grande importância para o bom funcionamento da escola, como: compras e outros. O principal papel do Conselho Escolar é acompanhar a Gestão Escolar, garantindo o cumprimento dos 200 dias letivos, as obrigações dos estudantes e outros. É um importante canal de comunicação para uma gestão democrática e participativa da Unidade Escolar com funções consultivas, fiscalizadoras e deliberativas. As reuniões entre os membros ocorrem de forma presencial.

Diante dos fatos mencionados, torna-se fundamental apresentar o exposto no (Regimento Interno da Secretaria de Educação Do Distrito Federal, Páginas 28 e 29):

Art. 23. Em cada unidade escolar pública do Distrito Federal, funcionará um Conselho Escolar, órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar, regulamentado pela SEEDF.

Parágrafo Único. O Conselho Escolar será composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, vinte e um conselheiros, conforme quantidade de estudantes da unidade escolar prevista em legislação vigente.

Art. 24. Compete ao Conselho Escolar, além de outras atribuições definidas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF:

I - elaborar o seu Regimento Interno;

II - analisar, modificar e aprovar o Plano Administrativo Anual elaborado pela equipe gestora da unidade escolar sobre a programação e a aplicação dos recursos necessários à sua manutenção e à sua conservação;

III - garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP 28 Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. da unidade escolar;

IV - divulgar, periódica e sistematicamente, informações referentes ao uso



dos recursos financeiros, à qualidade dos serviços prestados e aos resultados obtidos;

V - atuar como instância recursal das decisões do Conselho de Classe, nos recursos interpostos por estudantes, famílias e/ou representantes legalmente constituídos e por profissionais da educação;

VI - estabelecer normas de funcionamento da Assembleia Geral e convocá-la nos termos deste Regimento;

VII - participar da elaboração de proposta de Calendário Escolar, a ser encaminhada ao nível central da SEEDF, observada a legislação vigente; VIII - fiscalizar a gestão da unidade escolar;

IX - participar, periodicamente, da avaliação da unidade escolar nos aspectos técnico, administrativo e pedagógico, considerando, inclusive os indicadores escolares de rendimento;

X - analisar e avaliar projetos elaborados ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar;

XI - intermediar conflitos de natureza administrativa ou pedagógica, esgotadas as possibilidades de solução pela equipe gestora e pelo Serviço de Orientação Educacional;

XII - propor ações na perspectiva educacional inclusiva, no âmbito de todas as etapas e modalidades da Educação Básica;

XIII - debater indicadores escolares de rendimento, evasão e repetência e propor estratégias que assegurem aprendizagem significativa para todos os estudantes.

Portanto, o Conselho Escolar é um órgão muito importante, que fortalece a tomada de decisões da Instituição de Ensino.

Permanência e êxito escolar dos estudantes

Na Escola Classe Córrego do Meio pretende-se o tempo todo garantir a permanência com qualidade dos estudantes. Há acompanhamento rigoroso no que diz respeito às faltas. Constantemente a Equipe Gestora faz levantamento dos nomes dos estudantes que estão ausentes, a partir daí, a Equipe de Coordenação bem como a Equipe de Direção começam o processo de busca ativa deste estudante e de sua família (ligações e até mesmo visitas em domicílio), com o objetivo de trazer de volta à escola aquela criança.



Recomposição das aprendizagens

Conforme já citado neste documento, nossa escola, por meio dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem busca recompor e maximizar a aprendizagem utilizando as estratégias a seguir: Os docentes realizam aulas de reforço para que os estudantes avancem nas aprendizagens. Esse reforço é realizado pelo docente da turma, em turno contrário e até mesmo de forma individualizada durante as aulas.

Alguns professores propõem o “sistema” de **assessoria**- aqueles estudantes que já estão mais avançados auxiliam os colegas que ainda estão em processo de consolidação da aprendizagem.

Outra ferramenta importantíssima para fomentar a aprendizagem é projeto Educação em Tempo Integral. Nesse programa os educandos participam, no contraturno, de oficinas de reforço, oficinas de atividades físicas e outros.

14. PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR

A seguir, projetos que estão sendo e ainda serão desenvolvidos na instituição durante o ano letivo.

Projeto- Hora Cívica

Público - alvo: Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Executores: Equipe Gestora e Professores

Objetivo: Resgatar a valorização cívica e motivar os alunos a reconhecer e compreender os símbolos nacionais, elevando o patriotismo e a formação cidadã, bem como, reconhecer a escola como instituição construtora de cidadania;

Justificativa: A escola assumindo seu papel na promoção de respeito aos valores, às instituições e às práticas políticas de um país diariamente, fomenta nas crianças o hábito de promover o interesse coletivo, pois um civista com cidadania desempenha seu papel junto à sociedade conduzido por práticas norteadas pelos direitos e deveres Constituídos.

Desenvolvimento: A atividade ocorre semanalmente às segundas-feiras. As turmas se reúnem para um momento de reflexão e para o cântico do Hino Nacional.

Recursos materiais: Caixa de som, vídeo, televisão, projetores, Bandeira do Brasil.



Avaliação: Acontecerá bimestralmente, com análise das ações desenvolvidas.

Projeto- Minutos de História

Público- alvo: Educação Infantil e Ensino Fundamental- Anos Iniciais;

Executores: Equipe Gestora, Professores e Membros da Comunidade.

Objetivo: Possibilitar um ambiente harmonioso e saudável através da contação de histórias, levando o educando a valorizar o hábito de leitura e seguir os pilares do respeito e da solidariedade.

Justificativa: A realidade digital atual vem afastando cada vez mais os nossos estudantes do ato de ler, sendo assim, torna-se primordial resgatar o valor da leitura, como ato de prazer e requisito para emancipação social e promoção da cidadania. Logo, através da leitura o ser humano consegue se transportar para o desconhecido, explorá-lo, decifrar os sentimentos e emoções que o cercam.

Desenvolvimento: A atividade ocorre semanalmente, as terças-feiras. As turmas se reúnem no pátio com o intuito de escutar/ouvir/assistir às histórias ou temas que estejam em foco no calendário escolar. Após a contação/apresentação da história, ocorre um bate-papo com todos os envolvidos, com o propósito de possibilitar a todos o direito de dar opinião quanto ao ensinamento extraído da história abordada.

Recursos materiais: Caixa de som, vídeos, televisão, projetores, livros diversos e revistas.

Avaliação: Será realizada no decorrer do desenvolvimento da atividade, levando em consideração a participação e o interesse dos envolvidos no projeto.

Projeto- Reforço da Aprendizagem (Educação Em Tempo Integral)

Público- alvo: Alunos do BIA, 4º e 5º anos.

Executores: Coordenadores e Professores da Educação em Tempo Integral.

Objetivos: Oportunizar ao estudante em defasagem (idade/ série, habilidades e conteúdos) a construção do conhecimento, principalmente no processo de leitura, escrita e no processo lógico-matemático.

Justificativa: Diante do diagnóstico feito na escola, observou-se a dificuldade de alguns estudantes do BIA e 4º e 5º anos. Sendo assim, fez-se necessário desenvolver atividades de reforço que visam uma maior aprendizagem na



alfabetização, no letramento e matemática.

Desenvolvimento: Para atingir os objetivos propostos, selecionamos as atividades a partir de temas predominantemente existenciais e as apresentamos numa linguagem simples, de modo que o estudante aproprie-se da mesma e consiga progresso no processo de alfabetização e no campo da matemática.

Recursos materiais: Músicas; brincadeiras dirigidas; recorte e colagem; produção de textos lustrados; cartazes; entre outros.

Avaliação: Observação contínua como estratégia de coleta de dados, aos avanços alcançados pelos educandos: testes e atividades realizadas durante o período.

Projeto- Plantar para Colher (Horta Escolar)

Público- alvo: Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Executores: Coordenadores, Professores e Profissional do Instituto Federal de Brasília (IFB).

Objetivo: oferecer aos estudantes o contato com a natureza, ao lidar com a terra, com as plantas, as frutas, as verduras e os legumes, e também os ensinar o correto processo de plantio e colheita dos alimentos para consumo próprio.

Justificativa: O projeto horta permite a multidisciplinaridade como princípio de integração de conhecimentos e dos próprios educandos. Outro fator fundamental, é que os alimentos produzidos exercerão um papel complementar na merenda escolar. Será possível, ainda, estimular hábitos alimentares mais saudáveis, e a preservação do meio ambiente.

Desenvolvimento: O projeto será feito em várias de etapas. Em todas elas, ocorrerá a integração entre os estudantes e os profissionais da escola envolvidos. As etapas: Escolha do local; Escolha das variedades e preparação adequada do solo (levar em consideração aqueles produtos que são favoráveis ao clima do local, os que sejam da estação, e ainda, como eles podem ser úteis na aprendizagem dos estudantes); Plantio e manutenção (terminada a etapa do plantio, os educandos, juntos com os professores e profissionais encarregados, se responsabilizarão pelos cuidados necessários e pelo acompanhamento da horta); Chegado o período de colheita, os alimentos poderão ser encaminhados para a cozinha e consumidos usados como forma de complementar a merenda escolar.

Recursos Materiais: Carrinho de mão, sacho, enxadas, regadores, outros.



Avaliação: Ocorrerá no decorrer do desenvolvimento da atividade, levando em consideração a participação, o interesse dos envolvidos no projeto.

Projeto- Higiene Bucal

Público - alvo: Educação Infantil (1º e 2º Período)

Executores: Professores

Objetivo: Desenvolver hábitos de higiene bucal, corretos e regulares, através da conscientização de sua importância, e oferecendo exemplos de práticas como: escovar os dentes e a língua.

Justificativa: Sabendo que a higiene bucal está associada à saúde e que é um dos cuidados básicos não apenas com a aparência, mas com uma das partes mais importantes do corpo humano, cuidar de nossa boca, nossos dentes não apenas deixa o sorriso mais bonito e faz bem para a autoestima, mas também previne muitos males como cáries, tártaro, mau hálito, e até certo ponto alguns males do estômago. Nesse sentido, é importante que a escola trabalhe estes temas com os estudantes, de forma a atuar preventivamente.

Desenvolvimento: Conversas e debates com os estudantes sobre a importância da higiene bucal para nossa saúde. Através de brincadeiras dirigidas (como jogo dos sete erros, certo e errado), músicas, vídeos e outros meios interativos, ensinar como se deve escovar os dentes, como passar o fio dental e a quantidade certa de creme dental que será utilizada. Elaboração de desenhos, recortes e colagens. Confecção de mural que exponha os cuidados necessários com a boca.

Recursos Materiais: Principais objetos de higiene bucal (escova de dente, fio dental e creme dental);

Avaliação: Ocorrerá no decorrer do desenvolvimento das atividades.

Projeto plenarinha

Público- alvo: Educação Infantil

Desenvolvedores: Secretaria de Educação do Distrito Federal

Objetivo: Oportunizar às crianças da educação infantil a promoção do exercício de cidadão ativo, participativo e conhecedor dos seus direitos e deveres, vivenciando a interlocução com o currículo da educação infantil no Distrito Federal

Justificativa: Falar de participação infantil remete a distintos graus e possibilidades em que as crianças tenham suas opiniões consideradas e possam exercer a



cidadania por meio de processos iniciados por adultos ou por elas, mas que haja relações de equilíbrio de poder e parceria. Frequentemente a participação das crianças é referida em projetos de forma decorativa, usando as falas das crianças para reafirmar que elas estiveram envolvidas nos processos e tiveram suas vozes consideradas. A plenarinha é um projeto que efetivamente coloca a criança com autor, protagonista na construção da sua aprendizagem.

15. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico de uma escola ocupa um papel de destaque na construção de processos de participação e implementação de uma Gestão democrática. A avaliação dentro do Projeto Político Pedagógico é o acompanhamento dos objetivos traçados para atender às necessidades da Instituição Escolar. É necessário um acompanhamento sistemático do PPP para que seja possível certificar-se de sua efetividade de maneira geral e em especial quanto à adequação ao contexto da Comunidade Escolar, a concretização dos objetivos e metas atingidas. Após esse feedback torna-se possível elaborar estratégias coletivamente para sanar as fragilidades.

A construção do Projeto político pedagógico foi realizada de forma participativa e democrática e, nela foi inserido todo processo ocorrido dentro da escola. Sabemos que, o direito de elaborar e executar a proposta pedagógica de cada instituição escolar está assegurado na LDB, no entanto, as metas traçadas, foram resultado da reflexão sobre: Como está o processo político pedagógico da escola? Continua correspondendo a atual realidade? Em quais aspectos deve-se melhorar? Após estes questionamentos foi possível identificar os problemas e estabelecer estratégias junto com a comunidade escolar, resultando em uma Proposta Pedagógica que corresponde à realidade da escola.

Com um estudo previamente elaborado com o coletivo escolar anualmente, a instituição reunir-se-á com todos os segmentos para avaliar o Projeto Político Pedagógico de modo que observem também quais os projetos que deram certo e aqueles que podem ser descartados ou ainda se podem reformular.



16. REFERÊNCIAS

BARBOSA, G. B. O. **Alternativas pedagógicas: O Abcerrado e a Matomática**. Brasília, 2008. Originalmente apresentada como monografia de Licenciatura em Pedagogia. Instituto Científico de Ensino Superior e Pesquisa, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9394/96). Brasília. Imprensa Nacional, 2006.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire dos Santos Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 5. Brasília, 200

CAVALCANTE, Meire. A Sociedade em busca de mais tolerância. **Nova Escola: A revista de quem educa**, São Paulo, Ano XXI, nº 196, p.34-36, novembro, 2006.

_____. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes de Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem para a Educação Básica**. Brasília, 2008.

_____. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica**. Brasília, 2014.



_____. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Pedagógicas**. 2009/2013. Brasília 2008.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**.

5. Ed. Brasília: Subsecretaria de Educação Pública, 2009.

Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e educação sustentável**. CLACSO, Buenos Aires, 2001. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/mundouniversitario/archivospdfs/num10_julio2004/moicer_gadotti_pedagogia_terra.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2017.

JARA, Carlos Júlio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco-Seplan, 1998.

CAPUL- no desenvolvimento do cooperativismo no município de Unaí-MG. Assunção, PY, 2017. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Americana, 2017.

MAIA, Nelly Aleotti. **Introdução à educação moderna**. Editora Rio, 1979.

MOLINA, Mônica Castagna. Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. In: MOLINA, M. (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

POULOT, Dominique. **Une histoire des musées de France**. Paris: Éditions La Découverte, 2008.



SCHERMA, Elka Paccelli. **Corrida de orientação: uma proposta metodológica para o ensino da Geografia e da Cartografia**. Rio Claro, SP, 2010. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104313>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica – primeiras aproximações**. 5ªed. Campinas: Autores Associados, 1995.

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Filosofia da educação: construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994. 105

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação – concepção dialética-libertadora**. São Paulo: Libertad, 1994.

VENDRAMINI, Célia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira. A relação trabalho e educação nas experiências escolares do MST. In: _____. (Org.). **Escola e movimento social: experiências em curso no campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIGOTSKI, Lev S. **A formação social da mente**. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ANEXOS

Escola Classe Córrego do Meio- Antes da Reforma predial



Escola Classe Córrego do Meio- Atualmente



ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DUARANTE ESTE ANO LETIVO

Projeto: Minutos de História



Projeto: Hora Cívica



Projeto: Higiene Bucal



Educação Em Tempo Integral





Reunião com a Comunidade Escolar

